



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 02 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA****1. Objeto:**

1.1. Prestação de serviço de locação de tenda para auxiliar nas atividades da 30ª ZE durante a pleito de 2022.

**2. Local do Serviço:**

2.1. Cartório Eleitoral da 30ª Zona, Rua Vicente Alves de Oliveira, n. 71, Beira Rio, Nova Venécia, ES.

**3. Quantidade e Especificação do Equipamento/Serviço:**

3.1. 01 (uma) tenda com as seguintes dimensões: de 05 a 06 metros de comprimento, 05 a 06 metros de largura e com no mínimo 2,5 metros de altura, em estrutura metálica e cobertura de lona sintética;

3.2. A montagem, fixação e desmontagem de todo conjunto será efetuada pela contratada na parte frontal do imóvel da 30ª ZE, obedecendo todas as normas de segurança;

3.3. Em caso de defeito, a contratada deverá manter ou substituir todo equipamento no prazo máximo de 01 (uma) hora.

**4. Período de Locação (previsão):**

4.1. 1º turno - 19/09/22 a 05/10/22;

4.2. 2º turno - 27/10/22 a 07/11/22.

4.3. O item 4.2 ficará condicionado à realização de eleições em segundo turno.

4.4. Havendo alteração das datas previstas para a realização das Eleições 2022, as datas previstas para a prestação dos serviços poderão ser alteradas pela Contratante, conforme previsão contida no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**5. Visita Técnica:**

5.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para auxiliar na formulação das propostas, através de contato prévio (27) 3752-2716, 3752-2283 ou 98170-5610).

**6. Da Proposta:**

6.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos;

6.2. A proposta deverá contemplar os valores unitários, contudo, a contratação será de forma global.

**7. Da Forma de Pagamento:**

7.1. O pagamento será referente ao total de turnos realizados.

7.2. A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente a apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93;

7.3. A contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

7.4. A contratante confirmará se a contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal do Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012( alterada pela IN RFB 1.540/2015), sem prejuízo de a contratada informar imediatamente à contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da contratada no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

## 8. Das Penalidades:

### 8.1.

<b>Descumprimento</b>	<b>Percentual de multa/dias</b>	<b>Limite de dias</b>	<b>Percentual total de multa</b>	<b>Valor de incidência da multa</b>
Atraso no início da prestação	10%	02	20%	Valor do Turno
Atraso na desmontagem	10%	02	20%	Valor do Turno
Atraso na manutenção/substituição do equipamento	10%	02	20%	Valor do Turno
A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho	-	-	20%	Valor da Proposta
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Valor do Turno
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	5%	Total do contrato

8.2. O atraso superior a 2 (dois) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 8.1.

8.3. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição, no prazo suplementar de até 2 (dois) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 2º (segundo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no item 8.1.

8.4. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

8.5. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

8.6. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

8.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

8.8. A contagem do prazo estabelecido no item 8.2 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

8.9. A contagem do prazo estabelecido no item 8.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no item 8.2, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

8.10. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

8.11. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

## **9. Do Pagamento:**

9.1. A Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário(banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional.

9.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

## **101. Das Vedações para Contratação:**

10.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

10.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

10.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

10.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

10.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ N° 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

10.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

## 11. Da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

11.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## 12. Da Vigência:

12.1. O prazo de vigência será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2022.

## 13. Valor Estimado do Objeto:

13.1. O valor estimado para a presente contratação é de:

ITEM		VALOR (R\$)
01	1º Turno	3.000,00
	2º Turno	500,00

Em 12 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO BRASIL MAIA FILHO, Coordenador(a)**, em 12/09/2022, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0808370** e o código CRC **3601BBAD**.